

RONILDO DIAS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM NOVO CONCEITO DE EDUCAÇÃO NA  
PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA E SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Prof<sup>a</sup> Orientadora: **Márcia Regina Ferreira**

MATINHOS

2011



## EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM NOVO CONCEITO DE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA HISTORICA POLITICA E SOCIAL

RONILDO DIAS <sup>1</sup>

Marcia Regina Ferreira <sub>2</sub>

### RESUMO

Esta pesquisa está relacionada ao estudo bibliográfico da educação no campo como um novo conceito de educação, centrada na formação de princípios e conceitos didáticos pedagógicos que visem uma educação voltada para os sujeitos do campo com suas respectivas necessidades e particularidades. Uma educação que se baseia em princípios a partir da diversidade dos sujeitos do campo que garanta o direito a uma escola política e pedagogicamente vinculada à sua história e cultura. Repensando a educação do campo como complementar a da cidade e da cidade como complemento do campo e não de dominação de uma sobre a outra.

Palavras-chave: Conceito; Educação do Campo; Valorização.

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo - EaD, Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, RONILDO DIAS ([ronedias@gmail.com](mailto:ronedias@gmail.com))

<sup>2</sup> Marcia Regina Ferreira Educadora Orientadora, UFPR Litoral.

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

O conceito de Educação do Campo é novo, tem pouco mais de uma década e surgiu da mobilização contra a situação precária de oferta e permanência da escola rural. Desde então se deu a formação de princípios, procedimentos e reflexões em torno do tema que ainda estão sendo constituído como um processo construído por muitas mãos.

Porém, a oferta da Educação do Campo não se resume apenas nos aspectos físicos e pedagógicos, mas está comprometida com uma educação construída com efetiva participação dos sujeitos do campo, com vínculos de pertencimento político e cultural, assim como, com sua participação no processo de elaboração, execução e avaliação. Pois, a reorganização da perspectiva histórica desta modalidade de ensino seja, talvez, um dos desafios dos trabalhadores da Educação do Campo.

Tendo como base fundamental de sustentação o território do campo que deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola em contraposição a produção industrial. O campo é o território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza, de novas articulações entre tipos de produção.

Como professora da rede estadual de ensino e estudante do curso de especialização em Educação do Campo, da Universidade Federal do Paraná – Litoral, coloquei como preocupação de estudo a Educação do campo como um novo conceito em educação, tendo esta modalidade de ensino como algo novo, com conceitos ainda desconhecido por grande parte dos educadores.

Considerando minhas experiências adquiridas como educador e como educando do curso de especialização, procurei desenvolver este trabalho através das experiências vivenciadas e dos conhecimentos acumulados em sintonia com toda a nova dinâmica social de valorização do campo e da busca de alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele.

Diante desta problemática rapidamente descrita, a temática aqui exposta procurará abranger algumas dimensões fundamentais como o próprio conceito de Educação do Campo, sua origem e abrangência e a relação existente entre essa categoria e outras categorias sociais que desejam vincular o processo de vida no campo com os pressupostos educacionais, unindo desta forma escola e vida, e o cotidiano rural com os processos educativos formais.

A metodologia utilizada para a realização do presente estudo foi a pesquisa bibliográfica, através de uma revisão dos textos estudados no curso de especialização em Educação do Campo, internet e as orientações prestadas.

O trabalho está estruturado de forma a entender a Educação do Campo, sua construção e conceito e os desafios que esta modalidade exige do educador.

## **2 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A educação rural surgiu a partir das primeiras décadas do século XX visando a preparação para o trabalho no desenvolvimento da agricultura, isto é de acordo com os interesses e o pensamento latifundista empresarial da época. Onde o campo tinha uma concepção baseada na reprodução, como espaços de produção econômica, a partir dos interesses do capital, excluindo os que não se incluíam no processo de produtividade e competitividade. A educação era concebida e definida pelas necessidades do mercado de trabalho, pensada a partir do meio urbano, retratando o campo como lugar atrasado e o sujeito do campo como um capital a ser explorado.

Já a educação do campo nasce dentro de uma outra perspectiva sobre os sujeitos do campo, a partir da luta e articulação dos movimentos sociais, com objetivo de valorizar o conceito do meio rural. Por esta razão, em 1998, acontece a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, um momento coletivo,

uma nova maneira de lutar e de pensar a educação para a população do campo, reafirmando a luta por melhores condições de vida sem ter que abandonar sua realidade, saindo do lugar onde vive.

A concepção da Educação do Campo, diferente da Educação Rural é vista como um espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam por direitos como acesso e permanência na terra; por condições de existência material e de construção de uma identidade dentro do contexto do campo e de seus sujeitos construído pelos e com os sujeitos do campo, visando à formação humana como direito.

Conceituando e identificando o campo pelos seus sujeitos e pela multiplicidade: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, agricultores familiares, vileiros rurais, povos da floresta, indígenas, negros provenientes de quilombos, ribeirinhos, pescadores e outros.

Desta forma a construção da educação do campo se baseia em princípios a partir da diversidade dos sujeitos do campo. Dando a eles o direito a uma escola política e pedagogicamente vinculada à sua história e cultura. Assim como acesso à educação pública gratuita e universal em todos os níveis e modalidades no e do campo com funcionamento e organização adequados aos tempos e ao modo de vida dos sujeitos do campo etc. Segundo as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo,

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas a diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL, DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO, Art. 5º, 2001).

### **3 EDUCAÇÃO DO CAMPO UMA MODALIDADE DE ENSINO VOLTADA PARA O CAMPO**

A educação rural surgiu da necessidade de uma política que apresenta um discurso baseado nos direitos de igualdade de uma população que historicamente tem sido excluída tanto dos bens materiais quanto culturais produzidos socialmente.

Dessa forma, a concepção de ensino vinculado ao trabalho é definida por várias correntes de pensadores que tem discutido a questão do princípio do trabalho na escola.

Um dos autores que teve influência teórica nos movimentos sociais , inclusive para o MST foi Pistrak,, segundo o qual,

“ o trabalho na escola, enquanto base da educação deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, sem aspecto social, reduzindo se de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe sistematizado. (PISTRAK, 2000, p.38)

Mesmo referindo se a outro contexto, o pensamento deste autor, visava uma escola mediada pelos próprios sujeitos sociais e não pelo mercado.

Desta forma, desde a I Conferencia Nacional de Educação Básica para o Campo, reafirmou se a luta por políticas públicas e um projeto educativo específico para seus sujeitos. Com a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo é proposto novas medidas onde procurasse criar uma adequação da escola à vida do campo, dentro de uma política de igualdade e respeito às diferenças numa perspectiva de inclusão.

Com isso a Educação do Campo surge da compreensão de que a educação é um processo permanente de afirmação da condição de ser do sujeito histórico, estimulando processos que promovam a liberdade, emancipação, autonomia individual e coletiva.

Fundamentando desta forma aos pensamentos marxistas/freiriano.

O processo de construção do conhecimento se dá por meio da educação, produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento e isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades.

De acordo com essa visão Freire (2004) desenvolve uma discussão centrada na educação libertadora enquanto educação democrática. Em sua obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (2004) o autor apresenta diversos saberes imprescindíveis à ação educativa entre eles de que “como experiência designadamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”. (FREIRE, 2004)

Acreditando no pressuposto de que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1977) a educação como prática de liberdade será consequência do processo educativo. Paulo Freire nos diz isto muito bem: devemos assumir o papel de educadores democráticos e ousados, desenvolvendo em nossas práticas educativas atitudes que reforcem a curiosidade e capacidade crítica dos alunos. Respeitando os conhecimentos e saberes que os alunos trazem do seu cotidiano, das suas vivências anteriores à escola, considerando os sujeitos da construção e da reconstrução desse saber que será ensinado, ao lado de nós, professores, igualmente sujeitos do processo.

É preciso acreditar na possibilidade de mudança. Cabe a nós educadores, dentro de um processo dialógico, quebrar as barreiras existentes da “educação

bancária” baseada nas relações de opressão e, juntos, percorrer novos caminhos trilhados dentro de uma educação libertadora. Uma educação que permita não só aprender o saber técnico e científico, mas também um saber crítico, elaborado dentro do mundo que nos cerca, possibilitando a vivência de situações que sejam extremamente necessárias à construção coletiva da escola.

Diante do exposto sobre as concepções de Educação do Campo é necessário que haja docentes e gestores pedagógicos que as coloquem em prática buscando responder aos desafios e possibilidades postas pelos sujeitos do campo, através das articulações realizadas pelos movimentos sociais. Pois o que se percebe é que esta modalidade de ensino é proveniente de uma visão predominantemente urbana, não atendendo as necessidades dos sujeitos que vivem no campo e que sempre foram excluídos através da justificativa que para desenvolverem às atividades ligadas à terra não é necessário uma aprendizagem escolar.

Outro fato bastante relevante é de que a maioria dos educadores que estão na área rural são oriundos da cidade, portanto, costumam implantar os valores e costumes urbanos, esquecendo que a realidade do estudante ruralista é outra. Eles podem até se sair muito bem na escola, mas na vida eles vão se comportar de outra maneira, muito do que eles aprendem na escola não tem um valor utilitário para o seu cotidiano, está fora do seu contexto de vida prática. De forma que se não houver um repensar sobre esta educação e/ou educadores de escola rural as crianças interioranas irão continuar a ter conhecimentos básicos do ensino formal que não condizem com a sua realidade.

Arroyo (2004) afirma que “em nossa história domina a imagem de que a escola no campo tem que ser apenas uma escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler”. (ARROYO, 2004, p.71).

Desta maneira, ao longo de nossa história, moradores do campo, pobres tiveram que resistir à política de exclusão imposta pelo próprio Estado procurando



outras formas para apropriar-se das práticas de leitura, escrita e cálculo. Diante da crise do êxodo rural que o campo vem passando a partir da década de 1950 o povo do campo passou a se organizar e lutar pelo seu espaço social e por alternativas de resistência econômica, política, cultural buscando recriar o desenvolvimento sustentável no campo sem ter que sair do lugar onde vivem.

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade do movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, In. ARROYO, 2004, p. 149-150)

A autora defende uma educação vinculada à cultura, às necessidades humanas e sociais, com a participação do sujeito a que se destina, tratando-os como sujeitos de direitos, partindo do direito garantido na Constituição Federal de que a educação é um direito garantido.

Dessa forma a educação do campo busca construir um conceito de educação do campo, onde se pretende valorizar a vida humana, a diversidade cultural e de vida, definindo sua identidade de acordo com sua realidade, conforme parágrafo único do Art. 2º das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Adequando e propondo medidas de acordo com a vida no campo, segundo a LDB, no seu título V, capítulo II, Art. 28, que afirma:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Garantindo dessa forma conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos alunos da zona rural, com uma organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar e à adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Tornando a escola do campo num espaço que deve garantir a permanência dos sujeitos do campo, para que os mesmos não precisem sair do campo para estudarem e desenvolvendo um projeto educativo voltado para os sujeitos do campo, com um educador com formação específica, entendendo a escola assim, a partir do seu lugar, e dos seus sujeitos, uma escola voltada à realidade da sociedade que atende.

Uma escola do campo precisa de um currículo que contemple necessariamente a relação com o trabalho na terra. Tratasse de desenvolver o amor à terra e ao processo de cultivá-la, como parte da identidade do campo, independente das opções de formação profissional, que podem ter ou não, não ênfase, o trabalho agrícola. (CALDART, 2004,p.57)

Pois a mesma se constrói a partir da humanização, de um fazer coletivo resgatando sua identidade por meio da educação.

Para CANDAU 2005, definir o conceito de educação do campo relacionasse com uma postura político pedagógica crítica, dialética, dialógica, postulando uma formação "técnica e política" de sujeitos politicamente conscientes, com uma visão humanizadora que valoriza o sujeito através de sua identidade cultural e compreende o trabalho como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico e não enquanto objeto ou coisa. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações.

## 4 CONCLUSÃO

Para que a Educação do Campo se concretize como um novo modelo de desenvolvimento de educação onde o campo e seus sujeitos tem o papel fundamental é necessário considerar e desenvolver a concepção de que a escola do campo guiasse por um Projeto Político Pedagógico que aponta para uma educação de caráter emancipatório, humanizador capaz de fortalecer nossa identidade valorizando os elementos do contexto local, produzindo conhecimentos a partir da problematização e ressignificação da cultura do campo sem discriminação. Fortalecendo a identidade e autonomia das populações do campo sem a subordinação do campo à cidade mais sim de complementaridade onde a cidade não vive sem e o campo que não vive sem a cidade. Levando o campo a um desenvolvimento social, cultural na busca de sua própria humanização, onde o educador tem um papel fundamental criando alternativas para que os sujeitos do campo tenham acesso a uma educação de qualidade e um projeto político pedagógico que estimule o conhecimento de acordo com a realidade em que vivem.

## 5 REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: Arroyo, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica (org.). Por Uma Educação do Campo: Vozes, 2004
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.
- BRASIL, Ministério da Educação/Grupo Permanente de Trabalho de Educação de Campo. **Educação do Campo: Cultivando um Brasil Melhor**: Caderno de Subsídios. Brasília: outubro, 2003.
- CANDAU, V.M. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a08v2795.pdf>. Acesso em 16 de março de 2011.



**CALDART**, Roseli Nunes. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004

**FREIRE**, Paulo. *Extensão ou comunicação?* RJ Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

*Introdução à Educação do Campo : povos, territórios, saberes da terra, movimentos sociais, sustentabilidade / organizadores, Gerda Margit Schütz-Foerste, Erineu Foerste, Rogério Caliari ; colaboradores, Ademar Bogo ... [et al.]*. - Vitória, ES : UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

**PISTRAK**, **Fundamentos da escola do trabalho**. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/EDUCACAO\\_FISICA/monografia/possibilidades\\_superadoras.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/monografia/possibilidades_superadoras.pdf)>. Acesso em 12 de julho de 2011.

**SOARES**, Edla de Araújo Lira (relatora). *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo- Parecer36/2001*. CNE/CEB, Brasília, 4 de dezembro de 2001.